



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural

GRUPO DE TRABALHO - EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

DADOS

Data/período: 16.05.2025, 15:00h

Sede principal: Brasília/DF

Tipo: virtual (zoom)

PARTICIPANTES

- 1) ANALUCIA DE ANDRADE HARTMANN
- 2) SUZANA FAIRBANKS LIMA DE OLIVEIRA
- 3) ANTÔNIO AUGUSTO TEIXEIRA DINIZ
- 4) GABRIEL DE AMORIM SILVA
- 5) JÚLIO CARLOS SCHWONKE DE CASTRO JÚNIOR
- 6) MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL
- 7) ISAC BARCELOS PEREIRA
- 8) FLÁVIA RIGO NÓBREGA

9) ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA

PAUTA

- (A) Implementação de uma calculadora de danos climáticos para uso do Ministério Público Federal,
- (B) projeto de divulgação de cenários e soluções de adaptação nos estados
- (C) provocação ao CONAMA sobre a inclusão climática nos licenciamentos ambientais

DISCUSSÕES

A) Implementação da calculadora do dano ambiental

Discutiu-se a implementação de uma calculadora de danos climáticos para uso em ações civis públicas e penais do Ministério Público Federal. Ana Carolina Haliuc apresentou a proposta de customização da calculadora com o auxílio técnico do IPAM, incluindo a realização de um diagnóstico prévio e a celebração de um acordo de cooperação técnica (ACT) entre os órgãos. Antonio Augusto Diniz sugeriu integrar a calculadora ao serviço das PADs e estabelecer critérios mínimos para sua aplicação.

Nas discussões, considerou-se envolver a Polícia Federal como parceira, mas sem depender exclusivamente dela, e talvez planejar um seminário ou cursos para ensinar o uso da ferramenta para os procuradores e assessorias periciais. A ferramenta servirá para calcular emissões de gases de efeito estufa (GEEs) dos empreendimentos ou danos, em toneladas equivalentes de gás carbônico, mas seria necessário ainda atribuir valor às toneladas de gás.

Analucia Hartmann solicita que os colegas reflitam sobre uma possível ACT com o Instituto Arayara, para obter notas técnicas. Ana Carolina expressa ressalvas sobre a atuação política da organização.

Por fim, debateu-se sobre a importância de estabelecer colaborações técnico-científicas claras e bem definidas com organizações externas, incluindo universidades, como a PUC-Rio.

B) Projeto de divulgação de cenários locais e soluções de adaptação nos estados

Tratou-se do projeto de organização de eventos sobre mudanças climáticas em todos os Estados do Brasil, visando à divulgação dos cenários locais das mudanças, obter informações sobre os planos estaduais de mitigação e adaptação climáticas, bem como uma aproximação com os poderes públicos estaduais e municipais.

Analucia Hartmann compartilhou uma iniciativa para incluir contrapartidas ambientais nas prestações de contas de verbas federais.

Na sequência, debateu-se sobre as dificuldades enfrentadas nos tribunais em relação a crimes ambientais.

Sugeriu-se a cidade de Recife/PE como primeiro local para realização do projeto/evento dedicado aos impactos locais das mudanças climáticas, em razão das recentes enchentes e danos provocados pelos eventos climáticos naquela capital. Mona Lisa Ismail trouxe como indicação a participação do professor Moacyr Araújo, especialista em mudanças climáticas, para auxiliar nos eventos propostos.

C) provocação ao CONAMA sobre a inclusão climática nos licenciamentos ambientais

Falou-se ainda sobre estratégias para incluir questões climáticas nos processos de licenciamento ambiental, tanto em nível estadual quanto federal. Analucia Hartmann mencionou a possibilidade de enviar uma recomendação ao Presidente do IBAMA ou propor alterações nas resoluções do CONAMA, especialmente para a zona costeira. Em seguida, Mona Lisa Ismail informou sobre reunião agendada com promotores e órgãos ambientais estaduais para tratar do assunto, enquanto o grupo considerou as implicações de judicializar a questão caso o IBAMA não coopere.

D) Demarcações de terras indígenas e meio ambiente

Ao final, discutiu-se ainda questões relacionadas à demarcação de terras indígenas e ocupação de unidades de conservação. Analucia Hartmann mencionou sua nova função como coordenadora do GT de demarcação de terra indígena, enquanto Antonio Augusto Diniz expressou preocupação com movimentos de retomada e invasões em flonas no sul do Brasil. Debateram sobre as diferenças entre as realidades do norte e do sul do país em relação a essas questões. Sugeriu-se contato com Iara Vasco, diretora de proteção de UCs do ICMBio para discutir o assunto.

ENCAMINHAMENTOS

a) Ana Carolina Haliuc: elaborar um diagnóstico para entender as dificuldades de incorporar o elemento de dano climático nas ações civis públicas e penais do MPF e iniciar o processo de celebração de um acordo de cooperação técnica com o IPAM em âmbito nacional, elaborar minuta do ACT, incluindo cláusulas de resguardo;

b) Ana Carolina Haliuc: refletir sobre um ACT com o Instituto Arayara, incluindo cláusulas de proteção ao nome do MPF. Os termos do acordo serão discutidos com o instituto por Analucia Hartmann;

c) Ana Carolina Haliuc: planejar um seminário curto e gravado para ensinar o uso da calculadora de danos climáticos, e considerar a inclusão da Polícia Federal como parceira no projeto da calculadora de danos climáticos.

d) Antônio Augusto Teixeira Diniz: discutir com Daniel Lobo a possibilidade de incluir o cálculo de dano climático no pacote de serviços da SPPEA.

e) Ao subgrupo do GT: avaliar a possibilidade de automatizar o cálculo de dano climático, independentemente do pedido do procurador e discutir a possibilidade de estender a calculadora para outros tipos de emissões de gases, além do desmatamento.

f) A todos os membros do GT: planejar e incentivar eventos sobre questões climáticas em todos os estados, envolvendo Justiça Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Defesa Civil, universidades e órgãos do SISNAMA.

g) Analucia Hartmann: elaborar ofícios sugerindo a realização dos seminários sobre mudanças climáticas.

h) À Mona Lisa Ismail e Marcos Costa: organizar um seminário sobre mudanças climáticas em Pernambuco no segundo semestre de 2025.

i) Analucia Hartmann: elaborar proposta de representação para o CONAMA sobre inclusão de questões climáticas no licenciamento ambiental e agendar reunião virtual com Luísa Cristina, coordenadora da 4ª Câmara, e os três GTs para discutir a proposta de representação ao CONAMA.

j) Analucia Hartmann: preparar um ofício para abrir discussão com o Presidente do IBAMA sobre inclusão de questões climáticas no licenciamento (após retorno das férias).

k) Assessoria de Coordenação, buscar o processo do ACT com o JUMA da PUC-Rio.

Próxima reunião do grupo: final de julho (a definir data)

ANALUCIA HARTMANN
Procuradora Regional da República
Coordenadora do GT Emergências Climáticas